

Algumas Notas sobre a “Mundividência do Psicoterapeuta: Fora ou Dentro do Contexto Analítico?”¹

Comentário à Conferência de David Figueirôa “A Mundividência do Psicoterapeuta”.

João Paulo Ribeiro

1. Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o generoso convite que me foi dirigido por David Figueirôa para comentar esta sua conferência.

Para mim, que na minha mundividência de psicoterapeuta fui adoptando, ao longo dos anos, o quadro conceptual da escola objectal inglesa - fundamentalmente os conceitos de Wilfred Bion -, as teorias psicanalíticas de grupo, e, mais recentemente, as teorias psicanalíticas de casal e família, este comentário foi um desafio que apadrinhei com muito gosto, e acentuou em mim o desejo de aprofundar o conhecimento acerca da psicanálise relacional.

Considero a conferência que nos foi apresentada um trabalho relevante para a psicanálise relacional, e para a psicanálise, na medida em que, sob o prisma das teorias relacionais e da teoria da intersubjectividade, aborda questões fundamentais sobre o papel da mundividência na psicoterapia psicanalítica, que certamente irão desencadear um debate rico e proveitoso. Espero que este comentário possa contribuir para esse debate.

2. Interferência da mundividência no contexto analítico

Nesta sua conferência, o autor começa por se referir a um caso clínico, Maria, uma mulher cuja mundividência integrava o espiritismo enquanto crença identitária; crença que entrava em colisão com a visão do psicoterapeuta sobre este fenómeno. Este conflito de mundividências, por não ter sido integrado na

1 O presente comentário está escrito segundo a antiga ortografia.

psicoterapia, não chegou a ser resolvido, tendo, por isso, determinado o seu fim. De facto, enquanto conflito latente, agudizou o sentimento de rejeição da paciente, mulher com múltiplas histórias abandonicas e uma evidente necessidade de afirmação narcísica. Do ponto de vista técnico, a manutenção do silêncio acerca do conflito impediu o terapeuta de interpretar a transferência que a paciente efectuava em relação a si, tornando-o em mais uma figura rejeitadora da sua vida, o que a levava a constantes movimentos de busca de aceitação, e à aceitação da sua crença em espíritos, fundamental para ela. Com esta vinheta clínica, o autor mostra-nos, desde logo, dois aspectos fundamentais da interferência da mundividência, do terapeuta e do paciente, no contexto analítico, a saber: a) A mundividência inevitavelmente age no contexto psicoterapêutico, consciente ou inconscientemente; b) Quando não é integrada não é possível aceder ao seu impacto, e actuar tecnicamente a partir da assumpção deste impacto, isto é, não pode ser trabalhada no contexto psicoterapêutico. A pergunta inicial, que nomeia a conferência é, então, respondida de uma maneira inequívoca pelo autor, ao contrário do que a abordagem centrada na neutralidade do analista preconiza, sendo que importa ir procurando entender como as mundividências dos dois elementos do par analítico, as suas subjectividades, interferem e estruturam o tipo de terapia que se realiza.

3. **Psicanálise Relacional e interferência da mundividência no contexto analítico**

A partir desta vinheta clínica, e da consequente evidência da actuação da mundividência no *setting* analítico, o autor analisa, ao longo do trabalho, a forma como a psicanálise relacional pode integrar no processo terapêutico a subjectividade e a mundividência do analista, em clara oposição à teoria clássica da neutralidade, para a qual o analista seria desconhecido e emocionalmente neutro.

Com efeito, tal como Figueirôa salienta, com a emergência da escola relacional a psicanálise deu corpo a uma “psicologia de duas pessoas”, paciente e terapeuta, cujo campo relacional integra elementos emocionais e da personalidade de ambos os elementos do par analítico, em oposição à perspectiva anterior, focada na “psicologia de uma pessoa”, o paciente. A visão da relação analítica como uma relação entre duas pessoas, ainda que com papéis e funções distintas, permite

que se analise a interacção subjectiva que ocorre no campo relacional, um “campo dinâmico” como Kurt Lewin (1951) preconizou, integrando esta interacção no campo terapêutico, ou seja, no grupo, externo e interno, constituído pelo psicoterapeuta e paciente. É, pois, nesta perspectiva que o autor estrutura a sua reflexão sobre o impacto das mundividências dos dois elementos do par analítico no “campo grupal” por si constituído.

Nesta linha de pensamento, o autor esclarece-nos acerca da forma como entende a mundividência: uma concepção ou visão do mundo que decorre da subjectividade do indivíduo (história de vida, experiência relacional e cultural) e incorpora a área existencial (O que fazemos aqui? O que é o humano? O que é a vida? O que é a morte?), o social, o político, o cultural; e expressa-se diariamente na vida do indivíduo.

Assim sendo, a mundividência integra um conjunto de “transmissões psíquica” (Kaës, 1993), “heranças transgeracionais e legados familiares”, bem como as “identificações” com os elementos da geração do indivíduo, que o leva a constituir-se como pessoa autónoma e diferente dos antepassados.

Enquanto pessoa, o terapeuta, como todos nós, nasce do caldo educacional e cultural da sua família de origem, mas com a experiência de vida vai criando os seus próprios valores, ideias e regras, a respeito do mundo envolvente. Todavia, os valores familiares herdados nunca desaparecem da sua vida, pelo que o terapeuta os expressa, consciente ou inconscientemente, sempre que é confrontado com os valores e dinâmicas das famílias dos seus pacientes. Aceitar a realidade desta expressão e, conseqüentemente, pensar acerca dela, é uma ferramenta fundamental que a psicanálise relacional tem ao dispor do analista que a adopte.

4. A subjectividade do analista e analisando e as suas mundividências como parte do processo terapêutico

Uma outra questão que o autor chama a atenção é a própria concepção do que é uma terapia e o encontro psicoterapêutico, considerando-a uma dimensão das mundividências dos dois elementos do par terapêutico que, desde o início, vai influir na psicoterapia, dado que o estabelecimento e a evolução da “aliança terapêutica” resultam da tensão entre as duas concepções em confronto, ou

seja resulta das “pré-concepções”, “concepções” e “conceitos” do terapeuta e do paciente, como Bion (1962) nos disse.

Quer isto dizer que o campo grupal psicoterapêutico enquanto espaço transicional (Winnicott, 1951) que ocorre entre dois indivíduos autónomos em relação, e a expressarem-se espontaneamente, sem resistências – teóricas por parte do terapeuta e afectivas por parte do paciente – demora a alcançar, sendo dependente da forma como se tem em consideração e se reflecte acerca das mundividências em conflito. Como afirma Figueirôa, a primeira esfera do encontro da mundividência do terapeuta e do paciente é a visão que ambos têm sobre ao espaço terapêutico, que aparece desde o início de uma psicoterapia e pode determinar o seu futuro.

Prosseguindo o seu raciocínio acerca do impacto da mundividência no processo terapêutico, David Figueirôa refere que os autores intersubjectivistas enfatizam a influência da experiência pessoal dos psicanalistas na construção das suas próprias teorias, concluindo que a teoria psicanalítica, ela mesma, está embebida de subjectividade e necessita de um aporte teórico sobre a própria subjectividade, como Stolorow e Atwood (1979) defendem.

Com efeito, a escolha de uma teoria reflecte as diferentes concepções que o analista elabora sobre o mundo, a natureza e a realidade humana, e actualiza essa mundividência, através da sua presença no pensar e na intervenção psicanalítica, como nos diz o autor. Quer dizer, a “mundividência psicanalítica” evidencia a presença inevitável da subjectividade do analista, desde logo na escolha da teoria que lhe serve de base de pensamento.

Para além disso, o autor enfatiza a fragilidade emocional da situação terapêutica, que está na base do excesso interpretativo e do recurso aos modelos teóricos patologizantes, como forma de se proteger das suas próprias vulnerabilidades; o que pode representar uma dificuldade empática do terapeuta e tem consequências na forma como o paciente o sente, e, em consequência, na psicoterapia. Uma vez que todos os terapeutas são pessoas vulneráveis e atravessam, ao longo da vida, situações emocionais de fragilidade, não existe nenhum terapeuta que esteja salvaguardado do impacto emocional, porventura momentaneamente desorganizador, da fragilidade de um paciente, pelo que importa o terapeuta estar atento a esta realidade, integrando a sua subjectividade na psicoterapia.

Além disso, existem as situações emocionais que qualquer pessoa é naturalmente mais vulnerável – as situações de perda e de luto – que emergem no contexto analítico, e que, como sabemos, nem sempre o terapeuta está apto a lidar: pensar na contratransferência é então pensar na subjectividade e, igualmente, na mundividência do terapeuta, as suas concepções sobre a perda e a morte.

Assim, como salienta o autor, a neutralidade do psicoterapeuta, que elimina a presença da sua subjectividade, é impossível de alcançar e, inclusive, indesejável, na medida em que cria na terapia áreas cegas sobre o impacto da sua subjectividade, e pode favorecer a transferência das relações patológicas que o paciente tem na sua vida, repetindo vínculos e sentimentos de distância e indiferença.

A partir deste pressuposto, David Figueirôa coloca a questão que realmente interessa colocar, a saber: o que fazer com as mundividências do campo grupal analítico? A nosso ver, o autor responde a esta questão quando considera que a única forma possível de trabalhar a partir desta realidade é aceitar a mundividência, assumindo-a para si e, se necessário, para o paciente, como refere no caso de Maria, a paciente para a qual o espiritismo era um factor identitário. Como referimos num trabalho da nossa autoria, “(...) somente uma relação terapêutica de verdade pode gerar esperança no paciente; a esperança de que a relação de verdade estabelecida entre psicoterapeuta e paciente vai permitir transformações relacionais fundamentais na vida do paciente” (Ribeiro, p. 103, 2019).

Quer dizer, o terapeuta deve procurar actuar com a sua verdade, as suas crenças conscientemente elaboradas, a verdade acerca do paciente, a verdade tolerável, mas sempre a verdade, a verdade sobre o espaço que se desenvolve entre ele e o paciente, num registo de “verdadeiro *self*” promotor do verdadeiro *self* do paciente – o paciente poder confiar no terapeuta e poder ser ele próprio, de uma forma mais espontânea possível, tal como Winnicott (1960) nos elucidou.

Para mostrar como a subjectividade pode ser integrada na psicoterapia, o autor descreve três conceitos centrais da psicanálise relacional: a) *self-disclosure* - auto-revelação por parte do terapeuta; b) *enactment* - movimento espontâneo e inconsciente, por parte do terapeuta, em resposta a um estímulo relacional e; c) *mutual recognition* – que implica reconhecer o paciente como diferente do terapeuta, aceitando a sua diferença e subjectividade, tão válida como a do terapeuta.

A psicanálise relacional apresenta, por conseguinte, um quadro teórico amplamente teorizado a respeito das subjetividades e das mundividências do terapeuta e do paciente, totalmente diversa do que os analistas ortodoxos defendem.

Com o intuito de aprofundar acerca dos movimentos dinâmicos, intersubjectivos, que ocorrem “entre” o terapeuta e o paciente, o autor apresentamos ainda uma matriz por si construída, que assenta em dois eixos: um eixo que se refere à natureza “conjuntiva” ou “disjuntiva” do encontro entre paciente e terapeuta e um outro eixo, que idêntica o potencial benefício ou dificuldade para o processo. De acordo com David Figueirôa, ambas as naturezas, as afinidades conjuntivas ou as diferenças disjuntivas, podem trazer benefícios ou dificuldades para o processo terapêutico, que são por si ilustradas no presente trabalho.

Consoante afirma Osorio (1989, 2000), “o encontro vive no aqui e agora, e vai para além da empatia e da transferência, na medida em que é responsável pela formação de um nós” (Ribeiro, p. 107, 2019).

Este “nós”, como qualquer “*gestalt*”, é mais do que a soma das partes, é um todo dinâmico e em constante transformação. Estar desatento a este “campo dinâmico intersubjectivo” é menosprezar o espaço transicional, entre paciente e terapeuta, onde toda a psicoterapia é, continuamente, criada.

5. Conclusão

A mundividência actua, inexoravelmente, no campo analítico; resta, portanto, o terapeuta adoptar uma abordagem que tenha em conta esta dimensão do processo terapêutico e a sua subjectividade enquanto pessoa, que, como toda a pessoa, tem momentos de vulnerabilidade e fragilidade emocional. Deste modo, o autor preconiza uma abordagem psicanalítica, a “psicanálise relacional”, enquanto quadro teórico que, com o decurso dos anos, tem integrado a “intersubjectividade” do par analista-analisando no seu quadro conceptual teórico, rompendo com o modelo clássico da neutralidade terapêutica. Esta abordagem é, para o autor, a abordagem apta a integrar toda a complexidade da actuação da mundividência no “espaço vital psicanalítico”, como o autor tão bem nos elucida.

Referências

Bion, W.R. (1994). Uma teoria sobre o pensar. In: Bion, W. R. *Estudos psicanalíticos revisados*. Imago Editora. (Obra original em inglês publicada em 1962)

Lewin, K. (1951). *Field theory in social science*. Harper & Row.

Kaës, R. (1993). Le sujet del'héritage. In Kaes, R., Faimberg, H., Enriquez, M, Baranes, J.-J. (ed.). *Transmission de la vie psychique entre génération* (pp 1-16). Dunod.

Osorio, L. C. et al. (1989). *Grupoterapia hoje*. Artes Médicas.

Osorio, L. C. (2000). *Grupos: Teorias e práticas acessando a era da grupalidade*. Artes Médicas.

Ribeiro, J. P. (2019). Fé, verdade e esperança em psicoterapia: O psicoterapeuta enquanto modelo. *Pensamentos II. Se..., Não...* *Revista Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica*, 10, 95-110.

Stolorow, R. D. & Atwood, G. E. (1979). *Faces in a cloud: Intersubjectivity in personality theory*. Jason Aronson.

Winnicott, D.W. (1951). Transitional objects and transitional phenomena. In *Collected Papers: Through pediatrics to psychoanalysis* (pp. 229–234). Basic Books.

Winnicott, D. W. (1960). Ego distortions in terms of true and false self. In D. W. Winnicott, *The maturational processes and the facilitating environment* (pp. 140–152). International Universities Press.